



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|----------------------------------|
| Governo | Deputado VALDIR ROSSONI |
| PDT | Deputado WALMOR TRENTINI |
| PTB | Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI |
| PMDB | Deputado ORLANDO PESSUTI |
| PFL | Deputado ELIO RUSCH |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |
| PT | Deputado PERICLES H. MELLO |
| PPB | Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI |

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorai - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; **PMDB - 10:** Cleiton Klebe - José Durval Amaral - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PSDB - 09:** Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Riche - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadiz; **PFL - 08:** Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; **PPB - 08:** Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; **PTB - 08:** Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; **PT - 05:** Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; **PL - 01:** Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1997.
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Miltinho Puppio e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 243

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Teófilo Antuniuk, ocorrido no dia 28 de fevereiro do corrente ano na cidade de Prudentópolis.

Outrossim, solicita da decisão da mesa seja enviada cópia do Requerimento na pessoa da Srª Cirene Antuniuk e família, Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº 832, Prudentópolis - PR.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de Profundo pesar pelo falecimento do Dr. Lamartine Augusto, ocorrido dia 19 de fevereiro de 1997.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família entitada.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

No último dia 19/2, faleceu em Pato Branco, o Dr. Lamartine Augusto, que era Advogado e professor, membro de tradicional família de União da Vitória, onde foi sepultado no jazigo da família.

Foi Diretor de honra do semanário "CAIÇARA", era filho do inolvidável jornalista Didio Augusto, irmão de Maria da Luz e Rene Augusto da direção do mencionado semanário.

O extinto deixou viúva Dona Nely e as filhas Janic, Carmen, Rita, Graça e Lenita. Deixou também 10 netos.

O passamento do Dr. Lamartine veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre eles, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Lamartine Augusto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre o Dr. Lamartine Augusto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar com alguém que aprendeu dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor abençoe a família de Lamartine Augusto para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Lamartine sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes de nossos corações para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Augusto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 241

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos, Voto de Congratulações pelo transcurso do 34º aniversário do jornal "Diário Popular", dando-se ciência deste requerimento à direção e funcionários, na pessoa do jornalista Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) CAIO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que o "Diário Popular" comemora seu 34º aniversário, acreditamos ser imprescindível que esta Casa de Leis se associe às homenagens que lhe estão sendo prestadas, em um justo reconhecimento

às mais de 10.000 edições publicadas, sempre atendendo ao compromisso com a notícia séria e de qualidade, nas mais diversas áreas de interesse público.

Assim, é de se transmitir nossos cumprimentos, não só à direção do DP, na pessoa do competente jornalista Abdo Aref Kudri, como igualmente a todos os demais profissionais que colaboram para manter os leitores atualizados com as notícias.

REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Doutor Fernando Macedo, alusivos a posse como membro titular, à ocupar a Cadeira nº 3, da Academia Paranaense de Medicina, no próximo dia 21 de março corrente.

REQUER ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lindolfo Pessoa nº 150 - Ap. 42, CEP 80240-330, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Título de Moção de Honra, ao Sr. Edmundo Shilling de Souza, que de longa data, vem prestando relevantes serviços eclesiais.

REQUER, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, sito à Rua dos Pioneiros, nº 17, Sítio Cercado, cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

O presente homenageado, é uma pessoa muito querida e conhecida no meio religioso evangélico, e que há 34 anos vem realizando trabalhos de grande destaque em diversas cidades de nosso Estado.

Atualmente, residindo em Curitiba coopera nos trabalhos da Igreja Assembléia de Deus da Vila Americana, no Sítio Cercado, à Rua dos Pioneiros, nº 17, juntamente com seus familiares.

O bom testemunho de uma vida dedicada ao trabalho missionário, é comprovado também pela vida em família, ocasião em que completa as bodas de ouro, no próximo dia 29 de Março do corrente ano, e consideramos mais do que justa essa "Moção de Honra", que servirá de bom exemplo especialmente nos dias atuais que se torna tão raro, casais que perseveraram unidos, mantendo a tradição de família, em cumprimento à Lei maior, expressa nas Sagradas Escrituras.

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário e considerando os projetos e programas de Governo

REQUER seja enviado ofício ao Senhor Governador do Estado, solicitando antecipação, por parte da COPEL, das obras licitadas do Programa Lig Luz Rural, para que viabilize o Projeto do Governo Estadual, ou seja a implantação de agroindústrias, de grande importância na fixação do homem no campo com a dignidade que este segmento da economia merece.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família do Governo do Estado do Paraná, solicitando o envio de um veículo Kombi, para atender as necessidades da Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Ibiporã.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

JUSTIFICATIVA:

A municipalidade de Ibiporã atende a 9 (nove) creches públicas num total aproximado de 950 (novecentos e cinquenta) crianças, 250 jovens entre 07 e 15 anos são assistidas com alimentação, remédio, orientação vocacional, profissionalização, e instrução complementar, a guarda-mirim com aproximadamente 150 jovens entre 15 e 17 anos, recebe conceitos de cidadania aplicada, curso de profissionalização e complementação escolar, além claro do conceito de disciplina.

REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando o envio de viatura à Polícia Civil, pois segundo consta a comarca de Ibiporã neste governo não recebeu nenhum equipamento para a Polícia Civil, e estamos a contemplar um aumento acentuado das infrações contra o patrimônio, a pessoa e aos costumes.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Ibiporã com aproximadamente 40 mil habitantes, conurbada à grande Londrina, área ocupada por mais de meio milhão de pessoas, os problemas sociais, culturais e de adaptação de gerações inteira a uma nova forma de vida tem trazido sérios distúrbios no comportamento social, quase sempre gerando algum tipo de violência.

A Polícia Civil não dispõe dos meios necessários para levar a efeito o seu trabalho, pois praticamente não possui veículo, dispõe hoje de duas sucatas que consomem 1 (um) litro de álcool por Km.

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à PARANATUR e a EMBRATUR para incluir o Município de Irati no traçado turístico do Estado do Paraná.

O Município de Irati, denominada de "Pérola do Sul" é cidade pólo da Região Centro-Sul do nosso Estado, conta com uma população de 51 mil habitantes, fica ao lado da BR-277, caminho para Foz do Iguaçu.

Possui um artesanato forte, desenvolvido através as colônias que ali habitam (Colônias Polonesa; Ucraniana; Alemã, Italiana, etc.) que cultuam suas tradições num espetáculo de grande beleza.

Irati possui diversas áreas de lazer ao turismo:

a) IMAGEM DA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, uma das imagens mais altas do mundo de onde se pode vislumbrar o Município que a circunda;

b) PARQUE AQUÁTICO, com enorme área de lazer con-

tando com churrasqueiras, lanchonetes, trezinho para passeio no seu interior, ponte suspensa, pavilhão de exposição, etc. etc. etc.

c) COLÉGIO FLORESTAL, o único Colégio Florestal do País, desenvolvendo o ensino de técnicas agrícolas, área de florestamento e reflorestamento (Colégio Floresta Costa e Silva);

d) PARQUE DO IBAMA, uma reserva florestal ecológica com todo o potencial da mata nativa;

e) FECLI, Faculdade de Educação de Ciências e Letras de Irati - extensão da UNICENTRO - onde funciona no antigo e histórico Seminário Seráfico Santa Maria (Capuchinhos);

f) CACHOEIRA, dista a 100 metros da BR-277, totalmente inexplorada para o turismo;

g) INFRA-ESTRUTURA, o município conta com hotéis, restaurantes, lanchonetes, produtos hortifrutigranjeiros (principalmente o pêssego - Festa do Pêssego / juntamente com a Festa da Cerveja Caseira, onde são oferecidas comidas típicas de cada colônia, no mês de dezembro) e produtos caseiros como o queijo trançado, cerveja caseira, panetones, creem, etc. Estes produtos estão à disposição todas as quartas-feira e sábados, no centro da cidade;

h) Além de outros monumentos da cultura iratiense e do Sul do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de Posto de Saúde no Município de Fernandes Pinheiro.

Trata-se de município novo, recém-criado, sem infra-estrutura suficiente para atender a população, estando em sua primeira administração, necessita de um carinho especial por parte do Governo estadual, principalmente na área de saúde, com a construção deste Posto de atendimento da população.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de Posto de Saúde na localidade de Pinho de Baixo, Município de Irati.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Rafael Bernardo Delly, Secretário de Estado da Secretaria Especial da Política Habitacional -

COHAPAR, solicitando a construção de 30 unidades habitacionais urbanas, no Município de Guaramiranga.

Trata-se de município recém-criado, na sua primeira administração, sem infra-estrutura suficiente para atender à população, e necessita de especial atenção do governo do Estado.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente à Secretaria de Saúde do Estado, solicitando as seguintes informações:

01 - Qual foi o montante de recursos dispendidos na aquisição de medicamentos e outros itens que compõem a cesta básica repassada aos municípios e hospitais;

02 - Qual foi o montante de recursos dispendidos com o projeto Central de Marcação de Consultas.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de pedido de informações à Secretaria de Estado da Comunicação Social, fazendo os seguintes questionamentos:

01 - Quanto foi gasto no último ano pelo Governo do Estado com propagandas em emissoras de televisão em outros Estados;

02 - Quanto foi gasto pelo Governo do Estado do Paraná, com matérias em jornais e revistas situadas em outros Estados do território Nacional, inclusive o jornal "O Estado de São Paulo".

Nestes termos pede deferimento, conforme o disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.03.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 049/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o DETRAN a baixar normas de regulamentação para permitir o estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por deficientes motores, visuais e mentais, em áreas e vias dos centros urbanos em que sejam normalmente proibidos.

Parágrafo Único - A autoridade de trânsito total determinará as áreas e vias a serem excluídas do disposto no "caput" deste artigo em observância as eventuais e necessárias medidas de segurança.

Art. 2º - A permissão de que trata esta lei será obtida mediante concessão de licença fornecida por autoridades de trânsito local, atendendo solicitação do interessado.

Parágrafo Único - A autorização de que trata a presente lei terá validade por 1 (um) ano, podendo ser renovada por requerimento do interessado.

Art. 3º - É obrigatória a criação de vagas permanentes e identificadas para estacionamento, destinadas exclusivamente aos deficientes, nas proximidades dos seguintes locais:

I - Sede dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

II - Prédios onde funcionam órgãos ou entidades públicas.

III - Hospitais, clínicas e demais estabelecimentos do gênero.

IV - Estabelecimentos de ensino de todos os níveis.

V - Bibliotecas.

VI - Supermercados, centro de compras e lojas de departamento.

VII - Edificações destinadas ao lazer, tais como estádios, cinemas, clubes, museus, parques recreativos e teatros.

VIII - Auditório para convenções, congressos e conferências.

IX - Bares e restaurantes.

X - Estabelecimentos bancários.

XI - Hotéis.

XII - Sindicatos e associações profissionais.

XIII - Terminais aérovíarios, ferroviários, rodoviários e metrô.

XIV - Igrejas e templos religiosos.

XV - Tribunais Federal e Estaduais.

XVI - Cartórios.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.97.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa o atendimento a pessoas portadoras de deficiência, haja vista a dificuldade de estacionamento em nossas cidades.

Esta lei com certeza garantirá segurança, respeito e melhores condições a nível de real integração da pessoa portadora de deficiência em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 050/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Estado autorizado a conceder financiamento, através dos estabelecimentos bancários oficiais, aos portadores de deficiências físicas ou sensoriais para a aquisição de equipamentos de uso pessoal que permitam a correção, diminuição ou superação de suas limitações provocadas pelas deficiências.

Art. 2º - O solicitante do empréstimo deverá comprovar a necessidade do veículo ou equipamento e o seu uso exclusivamente pessoal, mediante parecer de profissional médico da área de reabilitação, com detalhamento técnico.

Art. 3º - A quitação do financiamento será em parcelas mensais que não poderá onerar excessivamente a renda familiar do solicitante, sendo as taxas de juros iguais as menores praticadas pelos Órgãos oficiais.

Art. 4º - A regulamentação da matéria será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a publicação da promulgação desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.97.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa o atendimento a pessoas portadoras de deficiências.

Sabe-se que 2% da população é portadora de deficiência física e que muitas vezes com o auxílio de equipamentos especiais, estes poderiam se locomover e ter uma vida independente, as vezes só faltando o devido apoio financeiro para a aquisição destes veículos ou equipamentos, haja vista o SUS já atender a clientela até 3 (três) salários mínimos, os que têm renda de 3

(três) até 10 salários muitas vezes ficam sem este benefício, não podendo adquirir com seus próprios recursos, não conseguindo parcelamento maior, pois normalmente as linhas de crédito não parcelam mais que 3 (três) vezes.

Esta lei com certeza garantirá segurança, respeito e melhores condições a nível de real integração da pessoa portadora de deficiência em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 051/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado do Poder Executivo, através da Secretaria de Justiça e Cidadania, a criar uma Central de Empregos para pessoas portadoras de deficiência, visando colocá-las no mercado de trabalho.

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto neste artigo, cabe à Central de Empregos:

I - Proceder junto a empresas, levantamentos das eventuais vagas a serem oferecidas.

II - Promover cadastramento específico de pessoas portadoras de deficiência.

III - Oferecer periodicamente as empresas interessadas, cadastro específico, previamente elaborado, das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º - O estado estimulará as empresas que se proponham empregar pessoas portadoras de deficiência, conforme Lei Federal nº 7.853 - CORDE.

Art. 3º - Esta lei será regulamentada no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.97.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa o atendimento a pessoas portadoras de deficiência, haja vista as dificuldades financeiras por que passa não só o Estado, como o País, tentando desta forma oferecer maior oportunidade de emprego e dignidade a este segmento da população que luta com dificuldades para garantir seus direitos.

Esta Lei pretende garantir respeito e melhores condições a nível de real integração da pessoa portadora de deficiência em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 052/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEADPAR, com sede e foro na cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.97.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - AEADPAR, foi criada no dia 06 de abril de 1976, e registrada sob o nº 4674, em 1º de dezembro de 1976, no 1º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, Estado do Paraná, tendo como Instituidora a Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus, do Estado do Paraná. A Associação, esta inscrita no CGC sob o nº 77.387.363/0001-56, estando em pleno funcionamento, prestando serviços a comunidade paranaense, em atendimento aos seus objetivos estatutários. A Associação, tem por finalidades, desenvolver programas nas áreas Educacional, Assistencial e Cultural, cooperando com os órgãos públicos, nos programas de interesse comunitário.

A Instituição em referência, diversos estabelecimentos de ensino, de assistência social, entre outros, cumprindo desta forma o que determina seus Estatutos e a legislação pertinente. Atendimentos estes, voltados à criança, ao adolescente, ao idoso e ao adulto carente, de nossa comunidade.

Para o cumprimento de suas finalidades e manutenção de sua filosofia de ação, a Associação, integra e mantém estreita cooperação com entidades congêneres e órgãos públicos.

Pelos fatos de tanta relevância, acima expostos estamos certos de contar com o apoio dos nobres Pares, para aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente, concedo a palavra ao 1º orador inscrito no Pequeno Expediente, ilustre Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O que me traz a esta tribuna no dia de hoje, eu tenho observado atentamente o desenvolvimento da CPI no Congresso Nacional, que apura a emissão de títulos públicos para pagamento de sentenças judiciais transitadas e julgados, os precatórios emitidos por Estados e Municípios, que são objetos de uma investigação ampla no Senado Federal, e que estão revelando na realidade a constituição de um esquema muito bem montado por parte de empresas financeiras, factoring, corretoras, para desvio de dinheiro público no Estado Brasileiro.

E me traz a esta tribuna, porque eu sou uma das pessoas que mais defendo, como acho que a maioria dos cidadãos, a participação que tem uma das instituições da sociedade moderna que pode garantir ao Estado as coisas públicas, o espaço público de discussão numa sociedade tem sido a imprensa, a publicação dos atos dos agentes sociais, pela imprensa em grande medida no século XX, tem contribuído e muito para que a democracia e os direitos dos cidadãos sejam conquistados e preservados no nosso Estado.

Mas, o que me traz a esta tribuna, eu tenho acompanhado pela mídia nacional, pela Rede Globo a nível nacional, tenho acompanhado, pela TV Bandeirantes, pelo SBT, pelo Jornal do Senhor Boris Casoy, tenho acompanhado pela TV Senado que é uma TV que passa o que acontece no Senado Federal através de uma emissora a cabo, e tenho lido nos jornais, os grandes periódicos nacionais como o Estado de São Paulo que tem trazido uma cobertura extensa a respeito do problema existente sobre a emissão de títulos para pagamento de dívidas judiciais por Estados e Municípios que é objeto de uma CPI no Congresso Nacional.

E pela minha estranheza, porque sou paranaense e moro na Capital tenho acompanhado a imprensa local, a imprensa do nosso Estado e tenho percebido o pouco destaque ou quase silêncio da grande imprensa paranaense a respeito dos problemas que o nosso país começa a enxergar a partir de uma CPI montada no Senado Federal. Não sei, não atribuo isso aos jornalistas que não têm a responsabilidade de cobrir matérias lá no cenário de Brasília, fico me perguntando do porquê que a mídia televisiva do Estado do Paraná e a imprensa escrita têm dado pouco destaque para uma atitude tão importante e que faz com que o Congresso Nacional e o Senado Federal se afirmem como uma instituição fiscalizadora, importante para a democracia no nosso país.

Nestes últimos três momentos importantes do Congresso Nacional, o povo brasileiro assistiu e percebeu a sua importância.

Primeiro momento: quando o Congresso Nacional votou através de uma CPI a destituição de um Presiden-

te da República, o "impeachment" de Fernando Collor de Mello por motivos parecidos com estes que estão sendo analisados agora, isto é, maiversação do dinheiro público.

Em outro momento, a CPI instaurada no Congresso Nacional em relação a Comissão de Orçamento que destituiu e fez com que o Congresso Nacional fivesse que cortar a própria carne ao aprovar em Plenário a cassação de mandatos de representantes eleitos pelo povo.

E agora, neste momento, uma CPI instaurada no Senado Federal para apurar os desvios e as discrepâncias no uso e emissão de Títulos Públicos.

Fico me perguntando o porquê do silêncio da imprensa paranaense, porque assisti como cidadão curitibano, como cidadão paranaense, mesmo sendo parte de um partido que fez oposição durante muito tempo neste Estado aos Governos de José Richa do PMDB, de Álvaro Dias do PMDB e de Roberto Requião do PMDB, assisto que esta CPI tem uma das pessoas de maior destaque na condução dos seus trabalhos que está incumbido pelo Senado Federal, pelo Plenário do Senado e pela CPI de ser o Relator desta CPI tão importante para a fiscalização e o aprofundamento da democracia no nosso país que é o Senador Roberto Requião. Fico estranhando de como que aqui no Paraná, ao contrário da imprensa nacional, não há uma ressonância, uma reprodução com o mesmo espaço dado às notícias da CPI. Entendo que o Senador Requião é uma figura polêmica, é de um partido e hoje o Governo do Estado é gerido por outro partido, outro bloco de forças, mas o papel relevante que se faz no Senado Federal para apurar irregularidades deste país.

Acho que neste ponto, todos os paranaenses deveriam estar atentos para o que está acontecendo no Senado Federal. Tenho acompanhado, Senhores Deputados, e tenho aqui os recortes de jornais da Folha de São Paulo desde praticamente o dia em que a CPI foi instaurada, as grandes manchetes, páginas inteiras destrinchando todas as operações financeiras, as 17 corretoras e empresas de "factures" implicadas, os depoimentos de Vagner Ramos, do Naum, do Banco Votorantim, quanto de dinheiro que foi desviado, como foram feitas as operações, quem comprou com deságio, depois foi dado o desconto, depois uma corretora comprou por um preço menor, vendeu por um preço maior, o Estado recomprou e fundos de pensão e renda fixa compraram está tudo destrinchado, doleiros, cheques foram emitidos no valor de 50 milhões de reais, oito milhões de reais para pessoas que não têm condições, empresas de fachada, "laranjas" foram constituídas neste país, doleiros em Foz do Iguaçu, empresas sediadas em Curitiba fazem parte deste esquema de "laranjas", de desvio de recursos públicos, o Banco Del Paraná está envolvido, está sob investigação do Banco Central brasileiro e também o Governador do Estado orientou que fizessem uma auditoria no Banco do Estado do Paraná por parte das autoridades do Banco do Estado do Paraná.

Quer dizer, estamos estupefatos e surpresos porque a CPI do Senado está revelando para a Nação é de que há um esquema de corrupção e de desvio de verbas públicas neste país por dentro do sistema financeiro nacional.

Isso é de uma gravidade muito grande para o conjunto dos cidadãos brasileiros. Fiquei me perguntando porque venho fazer essa discussão hoje porque não consigo entender duas coisas: primeiro, o silêncio da imprensa paranaense; e em segundo lugar a posição do Governo do Estado do Paraná.

Quero aqui com franqueza fazer uma reflexão com os senhores que são amigos e emprestam apoio político ao Governador Jaime Lerner na condução do Estado do Paraná. Assisti, na semana passada, o depoimento do

Chefe de Gabinete do Governador, Doutor Gerson Guelman, que é Secretário de Governo, na Rádio CBN, assisti esse depoimento e dois dias antes tinha ouvido o depoimento junto com o âncora da CBN Nacional, o Senhor Chico Pinheiro, quando entrevistou o Governador do Estado de Santa Catarina, Senhor Paulo Afonso.

Vou lhes relatar o que o Paulo Afonso disse: todos nós sabemos que na CPI do Senado tem dois Senadores do Estado de Santa Catarina, um o Senador Espiridião Amim e o outro Senador Wilson Klaynobi, os dois fazem oposição ao governo do PMDB de Paulo Afonso. Pois bem, a única resposta que o Governador de Santa Catarina deu na CBN, e o Chico Pinheiro perguntou três vezes: "Mas como é que o Senhor explica que o Estado de Santa Catarina tinha vinte e cinco milhões de precatórios para serem pagos e emitiu seiscentos milhões, deu um deságio de oitenta e sete milhões, e esse dinheiro foi para as contas da IBF e da Empresa do Banco Votor e da Corretora Perfil. Como o Senhor explica isso?" O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina mandou um documento para a Assembleia Legislativa comprovando que a documentação que foi mandada para o Banco Central foi falsificada pelo Secretário de Finanças do Estado de Santa Catarina. O Chico Pinheiro perguntou isso ao Paulo Afonso, Governador de Santa Catarina. Pois bem, o Paulo Afonso respondeu, eu até entendo, ele é um político novo, nunca foi um homem público, é a primeira vez que é governador, não tem trato com as coisas públicas. E ele respondeu, sabe de que forma, Dep. Horácio Rodrigues, assim: "O que está acontecendo na CPI do Senado Federal é um achincalhe à Democracia, é claro e notório que o Senador Espiridião Amim e Wilson Klaynobi que são meus opositores estão numa postura revanchista querendo denegrir tudo o que o Estado de Santa Catarina fez de bom nesses últimos dois anos de governo e que eles nos últimos dez anos não conseguiram fazer." Mas aí o Chico Pinheiro perguntou: "Mas Governador como o senhor explica a emissão de seiscentos milhões, quando tinha vinte e sete para pagar? E me diga uma coisa, como foi dado esse deságio de oitenta e sete milhões para essas operações?" Eu quero voltar a repetir as palavras do Governador: de que o Espiridião Amim e o Wilson Klaynobi são uns revanchistas e querem na realidade perturbar a ordem pública do belo e bom Estado de Santa Catarina.

Vou requisitar alguns horários de Lideranças se V. Exas. me permitirem.

Mas quero contribuir porque vi isso dois dias antes e fiquei surpreso, como que um Governador atribui a uma evidência que está no Senado Federal, não é mais de posse do Senador Amim, não é de posse do Senador Klaynobi, essas informações são de posse na nação brasileira, não é o Amim que pergunta ao Paulo Afonso como essas irregularidades aconteceram, é todo cidadão catarinense, cidadão brasileiro que está a fazer essa pergunta. Por que o Governador de Santa Catarina insiste em querer afirmar que isso não se trata nada mais, nada menos de revanchismo político? Como se a Oposição não tivesse a obrigação moral, ética, dever constitucional de cobrar a lisura dos atos públicos na condução do governo. Me pergunto: Da onde vem essa figura de revanchismo político? Ora, o trabalho do Amim é fiscalizar sim o Governo de Santa Catarina, e se tiver irregularidades denunciar essas irregularidades. E isso não se trata de revanchismo político. Isso se trata de fortalecer a democracia neste país, de entender que as opiniões contrárias e diversas têm que existir concomitantemente na nossa Nação.

Mas Deputado Romanelli, passados dois dias disto, vi a declaração do Chefe de Governo do Estado do Paraná, Dr. Gerson Guelmann, e fiquei arrepiado, e até me passou pela cabeça o seguinte: bom, mas o Gerson

Guelmann sempre foi um técnico, é um homem ligado ao computador, à burocracia, ele não é um homem público; não tem consciência das coisas públicas; não entende que na sociedade como um todo, é preciso haver diferenças. Temos que aprender a viver com as diferenças, e com os erros. Aí o Gerson Guelmann disse o seguinte: "A CPI do Senado, lementavelmente, está sendo conduzida com fins políticos, - políticos-eleitoreiros e políticos-revanchistas."

"O Senador Requião, que foi um péssimo Governador, está agora, querendo enlamear a imagem do Estado do Paraná, e fazendo um péssimo serviço no Senado Federal." Falou mais de meia hora na Rádio CBN.

Fiquei escutando isso no carro, e juro para vocês, fiquei esperando que o Jornalista entrasse na linha ou com o Senador Roberto Requião ou com alguém que pudesse, pelo menos estabelecer o contraditório - o que é normal se esperar de uma imprensa saudável, de uma imprensa que quer apurar os fatos ou as versões dos fatos, para que os cidadãos possam fazer um juízo.

Veio o Gerson Guelmann e falou meia hora. Logo depois disso um silêncio sepulcral, e entrou propaganda, e o Jornal de Esporte, com o Fernando José falando do Atlético, do Coritiba, etc. Nem a possibilidade do contraditório.

Então, fico me perguntando: será que a imprensa do Paraná está tão envolvida, do ponto de vista parcial, de uma única opinião, que não consegue nem estabelecer o básico do manual ético da profissão do jornalista, da imprensa, de possibilitar o contraditório no exercício da sua profissão, que é uma profissão que tem uma função pública importante.

Mas a minha surpresa não parou por aí. Porque, vim a esta tribuna, hoje, porque ontem foi a gota d'água, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvi com atenção o discurso que o Governador Jaime Lerner fez na frente de prefeitos do Estado do Paraná. E quero deixar claro, aqui, a minha opinião, e gostaria que o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, reproduzisse, pelo menos parte das minhas palavras, porque são de bom coração, ao Governo do Estado.

Em primeiro lugar, vi o Governador Jaime Lerner se referir ao Senador Requião da seguinte forma: O Senador Requião, um presidiário, que tirou o pijama de presidiário, e lhe deram a toga para julgar os outros no Senado Federal.

Eu, se fosse o Presidente do Senado Federal, neste momento, ao ver um dos membros do Senado ser, na função que está, como Relator da CPI, de uma coisa importante para a Nação, eu convocaria o Governador para ir explicar essas suas afirmações no Senado Federal. Porque posso até entender que o Governador Jaime Lerner queira fazer toda a oposição, e queira continuar a defender as suas idéias à frente do Governo do Estado do Paraná, mas não se pode reduzir o trabalho que está sendo feito na CPI, que investiga os títulos públicos de um país, aprofundando a consciência democrática, e valorizando o Legislativo, na República como um todo. Porque é claro para o conjunto da Nação, que houve fraude, e que houve roubo de patrimônio público por agentes financeiros, com cumplicidade ou não de homens com responsabilidades públicas nos governos e nas prefeituras deste país.

Por isso o Relator desta CPI, por mais que tenha diferenças políticas com o Governador do Estado, o Governador não tem o direito de se referir desta forma pelo trabalho feito pelo Senador Roberto Requião e quero repudiar as palavras do maior ente político do Estado do Paraná, que hoje é o Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner, que foi deselegante, não contribuiu com a democracia e deixa antever uma suspeição muito grande

em função da sua diferença política com o Requião sobre o trabalho que a CPI faz no Senado Federal.

Porque, com as palavras que o Governador do Estado proferiu ao Relator da CPI, aqueles que acreditam no Sr. Jaime Lerner, aqueles que sabem que o Jaime Lerner é correto ou entendem que o Jaime é um bom Governador, passam a pensar que aquilo que o Relator da CPI, Senador Roberto Requião, está fazendo é algo que está sob suspeição. E mais ainda, fere, com as palavras do Governador, a honra e a dignidade de um homem público que não tem nada a dever até hoje, na condução dos seus negócios públicos, no Estado do Paraná.

Pelo contrário, é um orgulho, para os paranaenses, o trabalho que está fazendo na CPI, no Senado Federal. E orgulho para mim, que sou do PT e para os eleitores do Sr. Jaime Lerner também! É um orgulho para todos!

Mas não pára aí, quero dar mais um recado ao Sr. Jaime Lerner. Preocupado com as denúncias, não vi o Senador Roberto Requião denunciar ainda, preocupado com as denúncias que o Senador Amim fez que títulos de debêntures da COPEL estavam nos mesmos cofres da IBF junto com títulos da INEPAR, porque nós, Deputado Rossoni, estamos cobrando, até hoje, o dinheiro dos títulos, como é que foi esta operação? Como é que foram vendidos os títulos? Houve deságio ou não houve deságio? Como é que foi esta história toda das debêntures?

O Sr. Valdir Rossoni - O Secretário esteve aqui a semana passada.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Não adianta usarmos de ilusão, vamos ser sinceros, fazer um raciocínio sincero, não tem nenhum documento para nenhum Deputado aqui da Assembléia, dizendo que as debêntures foram vendidas por tal corretora, para essa corretora, pelo preço tal. Não tem este documento! Eu desafio V. Exa. a trazer este documento!

Mais ainda, o dinheiro de 300.000.000 de reais entrou em qual conta? No BANESTADO, no BANESTADO Leasing, foi para o Fundo de Desenvolvimento Econômico? O descaixe deste dinheiro foi para onde? Não tem esses documentos. Vossa Excelência tem sido cobrado e o Governador tem sido cobrado e sistematicamente tem negado as informações à sociedade!

A deselegância começa a tomar conta do governo, o destempero começa a tomar conta do governo, parece até que tem receio de que as coisas venham a público. Ataques desenfreados começam a aparecer na imprensa.

Aquele homem, ex-Prefeito da Cidade de Curitiba, Rafael Greca, que tem uma língua solta e não consegue deixar de se engabelar por um holofote, um holofote qualquer, declarou agora na imprensa, para o Luiz Nassif, que ele gostaria de ir ao Senado Federal dar depoimento na CPI. Sabem o que ele disse para o Luiz Nassif, na Folha de São Paulo? "Eu quero ir lá na CPI, porque tenho certeza que vou a ajudar a esclarecer as falcatruas do Senado, a indústria de falcatruas de títulos públicos, no Senado Federal." Pois bem, o Senador Lauro Alcântara Machado, que é de lá do Ceará, sei lá daonde, leu este artigo da Folha de São Paulo no Plenário da Câmara Federal.

Pois bem, quando ele leu no Plenário o Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitou à CPI que convocasse imediatamente o ex-Prefeito Rafael Greca para explicar as acusações ao Senado Federal.

Imediatamente o ex-Prefeito, Rafael Greca, que não honrou as suas declarações ao jornalista, não honrou, mandou um fax para o Senado Federal, afirmando que não tinha declarado absolutamente nada. Nós sa-

demos que ele declarou, nós sabemos que o Sr. Rafael Greca falou aquilo, e ele não se contém de querer os holofotes de uma mídia nacional. Vai lá na CPI do Senado, vai lá explicar as debêntures, vai explicar as questões, vai dizer qual foi o Senador que está errado na condução da CPI ou que emitiu Parecer para liberar dinheiro público para a corretora, em corrupção desviada nesse País. Por fim, antes de conceder os apertados quero dizer o seguinte: o Governador Jaime Lerner está perdendo o bom senso que sempre acompanhou a sua personalidade. Tem dito de maneira maledicente de maneira a querer copiar as pessoas que nós, inclusive do PT, fomos os primeiros a nos solidarizar com o Governador Jaime Lerner, através do Presidente do nosso Partido, o ex-Deputado Federal, José Dirceu, quando na sala de uma casa, num almoço reunindo os Deputados da Bancada Federal aqui do Paraná, o Ministro das Comunicações Sérgio Mota, entre outras coisas disse que ia tritar o Governador Jaime Lerner. Quero lhe dizer, Deputado Valdir Rossoni, que nesse almoço não teve uma voz de nenhum Deputado da bancada que apoiasse e criticasse o Sérgio Mota, pelo contrário.

Mas nós repudiamos os métodos do Palácio do Planalto, que o Sérgio Mota encarna, de não entender e não perceber que existe oposição e é um direito da oposição exercer as suas idéias e as suas propostas nesse País. Esse método do trator, da trituração, do uso do Poder Econômico, de todas as forças para esmagar aqueles que têm idéias contrárias, não é típico da democracia. Por isso nos solidarizamos com o Governador Jaime Lerner, e por isso, Deputado Valdir Rossoni, quero que o Senhor dê o recado: "cadeira de rodas para opositores, nem aqui, nem na China, nem na Bósnia e nem em lugar nenhum".

O Sr. Orlando Pessuti (Aparte) - Deputado Ângelo Vanhoni, quero me solidarizar a V.Ex.^a pela ampla análise que faz, a respeito não só do comportamento do Senador Roberto Requião, na condição de relator da CPI dos precatórios, mas pelo comportamento que vem tendo o Senado Federal na discussão e no aprofundamento da análise desta que, sem sombra de dúvida, foi uma grande maracutaia que se fez no País, a emissão de títulos públicos, e envolvimento de corretoras, distribuidoras, bancos pequenos, bancos grandes, Secretários de Fazenda, Prefeitos e até Governadores.

Eu entendo da mesma forma que V.Ex.^a, que todos nós deveremos ter nesta hora a calma e a tranquilidade suficientes, para podermos contribuir com o esclarecimento de tudo isso que está acontecendo, e que tomara não esteja também o Paraná envolvido nisso, que até hoje, graças a Deus, nós não temos ainda, a exemplo de Santa Catarina, Alagoas, São Paulo e Pernambuco, as mesmas notícias em relação ao Paraná, mas temos tido aqui sistematicamente a dificuldade maior de obter informação e por isso muitas vezes, não só V.Ex.^a, mas o Deputado Caíto, o Deputado Romanelli, tantos outros têm ocupado a tribuna em busca dessas explicações e desses esclarecimentos.

A postura adotada pelo Governador, ao se manifestar desta forma em relação ao Senador e conseqüentemente por extensão ao Senado, é de ser repudiada da mesma forma que esta Casa, através de muitos Parlamentares, a exemplo do que manifestou V.Ex.^a, o Sr. José Dirceu, se manifestaram contrários a postura do Ministro Sérgio Mota. E também nós temos que colocar aqui o destempero muitas vezes, do nosso ex-Prefeito de Curitiba, nosso colega que foi dessa Assembléia Legislativa, hoje Secretário do Planejamento, quando se manifesta, porque recentemente os jornais trouxeram a conhecimento de nós, e o Deputado Nereu Moura que participou da reunião também nos deu conhecimento, e que

numa das reuniões de que participou no Sudoeste se não me engano, do Paraná, o Secretário do Planejamento teria usado um adjetivo para o nosso Senador Roberto Requião.

Acho que temos que tomar cuidado com as coisas que se fala, porque se não daqui a pouco vai ser uma série de adjetivos, cada um escolhendo um animal para caracterizar as pessoas, e pode ser que isso não seja do agrado dessas pessoas.

Então, quero cumprimentar V.Exa., em nome da Bancada do PMDB e em meu nome pessoal, porque entendo que o Senador Roberto Requião quando se candidatou ao Senado ele disse que ia ao Senado para fazer um trabalho sério, honrado e para sacudir aquela Casa muitas vezes adormecida. Esse trabalho que ele vem fazendo ao lado do Esperidião Amim, ao lado do Alcântara, ao lado da Emília Fernandes, ao lado do Tuma, ao lado do Barbalho, ao lado do Cabral, ao lado enfim, do Presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães é um trabalho que merece não críticas da nossa parte, mas merece elogios, porque este tem sido o comportamento de todos os segmentos da sociedade brasileira e também da imprensa nacional. E nós precisamos ter esse espaço aqui no Paraná, para conseguirmos as informações que nos são negadas sistematicamente e tem razão V.Exa., nós ficamos muito gratificados quando um Secretário vem a esta Casa, vem a Liderança do Governo prestar esclarecimentos, mas nós também gostaríamos muito que além da exposição verbal, ou através de transparências que faz um Secretário de Estado ou um seu assessor, que viessem documentos mostrando realmente para onde têm ido esses recursos e para onde realmente está indo o resultado da venda, o caucionamento das ações, porque pelos números que nós estamos vendo muitas vezes pela imprensa são 400 milhões de ações da COPEL que já foram comprometidas, são mais, se não me engano, 300 milhões de Debêntures da Leasing Banestado. E somado tudo isso ao furo de caixa que teve no final do ano, que também se noticia da ordem de 500 milhões, são 400 com mais 300 são 700 com mais 500 é um bilhão e duzentos que estão aí sem a devida explicação. Por isso é que nós nos solidarizamos com V.Exa., e temos realmente repudiado esse tipo de afirmações, esse tipo de adjetivos que se coloca em cima de pessoas que estão contribuindo para a democracia neste País.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Deputado Orlando Pessuti, vejam bem, quero aqui falar com a Deputada Irondy Pugliesi, que é do PPB.

Vi a propaganda do Programa Nacional do PPB, tem uma frase do Maluf é o mesmo mote que está sendo utilizado de uma outra forma. Chega de politicagem, chega de políticos, o que o povo quer é trabalho. Nós homens públicos que exercemos uma função importante na vida da sociedade, devemos pelo contrário, trabalhar para que as pessoas comuns comecem a acreditar que a política é uma coisa importante na vida delas. Esse tipo de reprodução, de querer se prevalecer com o senso comum que acha que todo o político é um político corrupto, é o canalha, que faz o mal deste país, é isto que na realidade a mais profunda direita quer que exista nesse país. Então, homens com envergadura de Jaime Lerner, homens com envergadura de Cássio Taniguchi - Prefeito, vir fazer distinção, eu sou técnico, não sou político, como se político fosse algo assim, um câncer da sociedade, mas eles estão exercendo um cargo político, isso não contribui para a formação democrática e para a politização da nossa sociedade. Então é o meu desabafo, a minha intervenção em relação a esta CPI do Senado que está acontecendo independente das diferenças do Go-

vernador Jaime Lerner com o Requião, se o Banestado tem problemas, se a COPEL tem ou não tem, não sabemos. Eu não posso afirmar que tenha porque eu não tenho os dados. Isso é um direito que me compete e que está sendo negado. Mas eu venho trazer essa discussão aos senhores, porque ao proceder assim, os governantes e os políticos não contribuem para o fortalecimento da consciência democrática do nosso povo.

Com a palavra o Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues - Acredito que V. Exa. hoje vem enriquecer a política do Paraná com esse seu desabafo.

Com um Brasil que começou com Pedro Álvares Cabral e temos agora um Cabral de Zélia memória presidindo uma CPI.

Temos um relator que aplicava dinheiro no Banco do Estado com menos resultado do que a Câmara Municipal de Curitiba aplicava o mesmo dinheiro, uma diferença de 3% a 4% ao mês, que não justificou no Tribunal de Contas. Temos um Senador aquele de Santa Catarina campeão de jogo de truco e responsável por uma CPI quando Prefeito de Florianópolis por desvio de dinheiro com publicidade. Isto nos entristece, isto desacredita a classe política. Acho que todos nós estamos sob vigilância, que todos nós devemos devassar nossas contas ao povo. Eu não tenho vergonha do que eu ganho aqui. O que eu ganho aqui fica ali. Eu tenho vergonha, Senhores Deputados, quando vejo um homem como o Senador Roberto Requião, que foi Prefeito de razoável memória, que não sabe ter amigos, nem inimigos, porque não tem coragem pessoal de vir na minha frente fazer uma acusação contra este Deputado. Que me chamem no Senado. Eu não tenho medo de ir ao Senado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência, eu fui Secretário do Prefeito Roberto Requião; fui seu Secretário no Governo do Estado, sempre vi a conduta firme e séria que o Governador teve ao tratar dos negócios públicos. E, nunca ninguém teve a coragem que tem agora o Deputado Horácio Rodrigues. Eu quero ressaltar esta Presidência de uma preocupação que já venho tendo há dias nesta Casa, e quero alertar a todos os Senhores Parlamentares que, nós nesses dois anos de Parlamento temos dado mostras, e temos, graças a Deus, inclusive sempre sob a Presidência do Deputado Aníbal Khury, mantido os diálogos, os debates, as discussões no mais alto nível, respeitoso, fazendo com que aqui, acima das diferenças políticas que são grandes e existem, mas nós mantemos aqui um clima de cordialidade e amizade. Que, os novos que vieram da Câmara de Curitiba não tragam daquela Casa os vícios do desrespeito seja a quem for, a Governadores, a ex-Governadores, a Parlamentares. Vamos manter, Senhor Presidente, o mesmo nível alto que nós conseguimos manter aqui nesta Casa, pois deve-se travar o plano das idéias e não dos ataques pessoais que só desilustram esta Casa. Faço um apelo aos nossos companheiros que são homens experientes, que eu respeito o Vereador Horácio Rodrigues que tem uma história, que foi Presidente da Câmara de Curitiba, é um homem combatível, tem idéias firmes, mas por favor Vereador Horácio Rodrigues, vamos manter, retire, Senhor Presidente, essas expressões, e vamos manter num plano respeitoso como sempre fizemos aqui, inclusive em relação ao Governador Jaime Lerner. Porque maior que seja as nossas diferenças, nós nunca nessa tribuna tratamos ele de forma que não fosse absolutamente respeitosa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem com a palavra o Deputado Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - Obrigado, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O Deputado Luiz Cláudio Romanelli foi infeliz na sua colocação estendendo o que ele pensa a todos os ex-Vereadores que, recentemente assumiram esta Assembleia Legislativa. Trazer vícios da Câmara Municipal de Curitiba à Assembleia talvez seja extensivo ao ex-Vereador Ângelo Vanhoni, ao ex-Vereador Luiz Cláudio Romanelli, também, da Câmara Municipal de Curitiba. Então, Deputado, V. Exa. talvez não tivesse este sentido de estender a todos os ex-Vereadores que assumiram a cadeira aqui na Assembleia esta é a anotação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra continua com o Orador da Tribuna, no aparte concedido ao Ilustre Deputado Horácio Rodrigues.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vai ter que ser breve no meu aparte a Vossa Excelência Deputado Horácio Rodrigues, porque não gostaria de deixar a tribuna sem ouvir a palavra do Líder do PDT, que é meu amigo e grande Deputado desta Casa, Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Horácio Rodrigues - Gostaria de agradecer o aparte a Vossa Excelência, agradecer as palavras do ex-suplente a Vereador Romanelli. Eu me considero um velho rebelde.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Antes de conceder a palavra ao Deputado Walmor Trentini, gostaria de dizer. Deputado Horácio Rodrigues, Vossa Excelência foi Presidente da Câmara Municipal durante o período que o Senador Requião foi Prefeito desta cidade e teve a oportunidade de fazer toda a cobrança na Câmara de Vereadores, quero lhe dizer que eu trago dois vícios, de ex-Vereador para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Um deles é fumar e o outro é ser campeão de truco, também.

Concedo a palavra ao Deputado Walmor Trentini.

O Sr. Walmor Trentini - Deputado Ângelo Vanhoni, primeiramente, gostaria de dizer a Vossa Excelência não foi muito bem na imitação do Rafael Greca, acredito que não seja em tom pejorativo que Vossa Excelência se dirigiu ao nosso ex-Prefeito e hoje Secretário de Planejamento. Mas, eu entendo assim como Vossa Excelência e concordo em tudo o que a CPI se propôs a fazer, que é investigar o escândalo dos precatórios, deve ser esclarecido. Como quer, também que seja esclarecido o nosso Governador Jaime Lerner, mas aqui, a nível de Estado do Paraná, estamos vendo e nós não podemos admitir que queiram se misturar as coisas, queiram empurar na marra o Estado do Paraná neste mesmo saco de gato que estão metidos os outros Estados. Já está comprovado que o Estado do Paraná não emitiu um único Título Público, para pagamento de precatório e a CPI é dos precatórios. Demais assuntos "debêntures", Banestado Leasing, o Governador já mandou fazer uma auditoria e vai ser esclarecido como quer o nosso Governador. Mas nós não podemos prejudicar o Estado do Paraná e eu entendo que neste sentido o Senador Requião está querendo envolver o Estado do Paraná por questões políticas, por seu interesse aqui no Paraná. Porque o Estado do Paraná não tem nada a ver com esta máfia dos precatórios. Assim como o Senador Requião está fazendo em segurar o Programa e o Projeto do "Paraná 12 Meses", que está prejudicando o nosso Estado do Paraná com a falta de recursos.

Então me sorno a Vossa Excelência na preocupação de que a CPI deve esclarecer e deve ir a fundo em todos esses escândalos, mas o que nós não podemos

aceitar é esta investida desmedida do Senador Requião de querer, por querer arrolar o Estado do Paraná, que já está comprovado que não tem este envolvimento. E esta é a minha preocupação e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, eu vou pedir a deferência de dois apartes solicitados do Deputado Romanelli e do Deputado Valdir Rossoni, que tem o Horário da Liderança do Governo para tecer qualquer comentário e podemos até continuar ao debate. Mas gostaria de finalizar dizendo o seguinte: Deputado Walmor Trentini, é notório e eu defendo, concordo com Vossa Excelência no que diz respeito o seguinte: O Paraná não emitiu nenhum Título Precatório, mas há uma suspeita com relação "as debêntures" e não tenho estas informações, me desculpe. Foram 300 milhões e gostaria de saber se essas operações são regulares ou são irregulares, por isso, se Vossa Excelência tem documentos para me fornecer, nem que seja no seu gabinete, nem que seja confidencial, eu me disponho a ir no seu gabinete, a ir no Secretário das Finanças ou a ir na presença do Presidente do Banco do Estado ou do Diretor do Leasing e que mostrem como é que foram feitas essas operações. Serei o primeiro a vir a esta tribuna e defender a lisura do processo de buscar recursos no mercado através de "debêntures" caucionadas pelas ações da COPEL, tenha certeza disso. Mas, infelizmente, o Senhor e a Bancada da Sustentação ao Governador não fornecem esta documentação à Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador é retirada das notas taquigráficas as expressões alheias ao bom andamento desta Casa.

Pela Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Júlio Ando.

O SR. JÚLIO ANDO - (Pela Ordem) - Presidente, somente para que fosse registrado aqui a presença do Prefeito de Nova Santa Bárbara, Paulo C. que está nos honrando com a sua presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associada pela Mesa Executiva, bem como, a Delegação de Guaraniáçu, que o ilustre Deputado Élio Rusch, anuncia nesse instante, Prefeito Luiz Moraes; Secretário de Saúde Ailton Simoneti, Presidente do Sindicato e Presidente do PTB, Anselmo de Oliveira e os empresários Celio Santiago e Valdir Novelo, que conosco, nesta manhã dividem as suas presenças com as representações do Oeste e Sudoeste deste Estado.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas em sua deferência, Pela Ordem, gostaria de registrar que fosse anotado aqui a presença da Delegação de Roncador, que se encontra aqui, cidade também representada pelo Deputado Nelson Tureck e Miltinho Puppio, do Prefeito Odilon Gonçalves, os Vereadores Estefano, Edna, Arlete, Ivo, Antonio Donizeti. Nossa satisfação em recebê-los aqui, que participam nesta manhã, honrosamente conosco nesta Sessão, gostaria que V.Exa. determinasse a anotação e o registro nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado nos Anais da Casa e associada pela Mesa Executiva. Concedo a palavra ao ilustre Deputado Ho-

rácio Rodrigues.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para justificar ao Plenário, ao meu amigo Luiz Claudio Romanelli, que a minha intenção é de justiça, a minha intenção não é ofender ninguém. Se dizer, que o ex-Prefeito de Curitiba, aplicava dinheiro com diferença a menos das verbas da Prefeitura e da Câmara Municipal é uma verdade que pode ser provada. Isso não é uma acusação, é uma verdade. Dizer que o Senador Esperidião Amin sofreu uma CPI como Prefeito de Santa Catarina não resolvida, é outra verdade. E dizer que o Presidente da CPI do Senado, Sr. Bernardo Cabral e Zélia "memória", é outra verdade, não pode ser retirado das Atas. Porque é caso que a ministra Zélia que roubou o patrimônio público foi amante do Senador Cabral, isso é uma verdade. Só peço escusas, escusas mesmo, porque isto tudo me preocupa. Porque quero a Assembléia Legislativa tão bem presidida por V.Exa. e pelo Deputado Anibal Khury, num lugar alto que deve, e que o Paraná se tem erros que pague os seus erros. Que os seus pedidos de informação, que o governo abra as portas das suas Secretarias a todos os Deputados, eu não quero esconder nada, eu só sou liderado por Deus e por V.Exa. aqui Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Excelência, queria dizer que o Suplente de Deputado, hoje Deputado efetivo, ex-Vereador de Curitiba ele agora, foi muito bem. Colocou as questões só políticas, acho que esse deve ser de fato o tratamento que temos aqui. Se o Bernardo teve um caso com a Zélia, eu não tenho absolutamente nada, mas mais do que isso, Sr. Presidente, concreta e objetivamente para não deixar nenhuma afirmação sem resposta. Todas as questões que foram levantadas pelo Vereador Horácio Rodrigues, especialmente. Oh! Excelência, é que eu me acostumei a vê-lo como Vereador, que foi inclusive meu Presidente, me deu posse. Era suplente de Vereador, tive o privilégio de ter tido a minha posse presidida pelo Vereador e hoje Deputado Horácio Rodrigues.

E, Sr. Presidente, as operações todas que o Prefeito Requião realizou, de aplicação de recursos públicos num momento em que o administrador público podia investir dinheiro, da Prefeitura em qualquer Banco Privado, o Prefeito Requião investiu todos os centavos que a Prefeitura tinha para fortalecer o nosso Banco do Estado do Paraná. E sempre aplicou nas taxas que eram as taxas que eram oferecidas pelo mercado, e mais do que isso todas as operações foram rigorosas e absolutamente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Essa foi sempre a conduta dele e sobre os atos do Requião na Prefeitura, não resta nenhum tipo ou de ação, ou de impugnação junto ao Tribunal de Contas, estão todas rigorosamente aprovadas, por isso, foi eleito ele Governador do Paraná e Senador da República com mais de trezentos mil votos a frente do Governador Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Último Orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Nereu Moura.

O NEREU MOURA - Sr. Presidente e Srs. Deputados. Vivemos neste instante no nosso País uma discussão interminante em relação ao problema da terra.

Agricultores do nosso País inteiro fazem uma marcha de São Paulo à Capital Federal, Brasília, para mostrar ao Brasil o problema vivenciado, hoje, pelos agricultores Sem-Terras, pelos Agricultores Sem-Teto.

Aqui neste Parlamento, temos discutido a questão do PRONAF, a falta de liberação do PRONAF, o problema dos avicultores que sofrem pesadamente, o problema do preço mínimo que nem isso é assegurado ao nosso agricultor, temos discutido a violência na terra, as ocupações de terras e por aí afora.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da terra nesse momento é, sem sombra de dúvida, um dos assuntos que mais tem preocupado o nosso País e as pessoas de bem que vivem nesta terra. Presidimos aqui nesta Assembléia a Comissão de Terras e quando no ano passado, no dia 18 de abril, do ano passado, houve uma ocupação de terras na Região do Município de Rio Bonito do Iguaçu, quando os agricultores que ocuparam a Fazenda Pinhal Ralo, de propriedade da Empresa Giacometti-Marodin, nós representando este Parlamento conduzimos as negociações buscando evitar que lá houvesse um derramamento de sangue, buscando que lá naquela área não fosse palco, como houve no Pará de mortes, confronto entre a polícia, confronto entre os proprietários e os agricultores Sem-Terra.

Infelizmente, pela morosidade, pela falta de praticidade do Governo Federal, um problema que havíamos resolvido através do diálogo e através do bom senso acabou novamente resultando naquilo que não queríamos e não imaginávamos que era a morte, que era o confronto entre os agricultores e entre os proprietários da terra, no caso específico em Rio Bonito do Iguaçu, na Fazenda Pinhal Ralo.

Há um mês e meio quando após pressões do Paraná, pressões de todos os lados, acertamos definitivamente, fizemos um acordo definitivo para que houvesse um entendimento entre os agricultores Sem-Terra e os proprietários da Fazenda Pinhal Ralo. Infelizmente! Infelizmente, houve uma ocorrência com dois assassinatos na Fazenda em análise.

E quando o Ministro da Reforma Agrária dirigia-se àquela propriedade para fazer a emissão de posse, para fazer um assentamento de parte das famílias que lá estão acampadas, infelizmente houve aquela ocorrência fazendo com que o desfecho daquela invasão não se completasse.

Por isso, Sr. Presidente, hoje nós novamente pela falta de ação do Governo Federal, única e tão somente porque a Reforma Agrária só existe de fato no papel e não existe na prática porque só falta a vontade política de tomar as providências para que este assunto seja efetivamente bem encaminhado, agora estamos lá de um lado a polícia, de outro lado os guardas da Fazenda Giacometti, de outro os agricultores buscando cada um defender com intransigência os seus direitos, não sabemos o que irá ocorrer porque o clima é pesado, o clima é tenso e se não tivermos a interveniência do Governo do Estado, a interveniência do INCRA, poderá resultar num grande derramamento de sangue o confronto entre os agricultores e os proprietários que hoje vivem num clima extremamente tenso, e é por isso que é preciso que o Governo Federal agilize esta questão da Reforma Agrária porque a morosidade, a maneira lenta como trata estas questões faz com que o problema se agrave, se avolume e ocorra o que hoje está ocorrendo lá em Rio Bonito do Iguaçu e não só lá porque nós que fazemos política naquela Região ao visitá-la todos os finais de semana como fazemos, somos contactados pelos agricultores que querem aumentar o volume da invasão, da ocupação da terra porque entendendo que como não há uma solução é necessário fazer toda a ocupação da propriedade de 70, de 83 mil hectares. Por isso, Sr. Presidente, tenho o dever, tenho a obrigação de trazer ao conhecimento deste Parlamento um assunto que poderá resultar, se não houver uma solução nos próximos dias, de triste memória ao nosso Paraná se não forem toma-

das as medidas que nós julgamos necessárias.

O Sr. Augustinho Zucchi (Aparte) - Deputado Nereu Moura, agradeço o Aparte concedido e sou testemunha do trabalho que esta Casa fez através da Comissão de Terras que V. Exa. preside quando da ocupação da Fazenda Pinhal Ralo pelos Sem-Terras do Paraná num momento difícil e tivemos aqui nesta Casa e participei sob a Coordenação de V.Exa. de inúmeras reuniões, agora, logo depois que o Ministro Raul Jugmann da Reforma Agrária assumiu o cargo e se reuniu por mais de 4 horas com a CPT em Goiás para discutir a questão da Reforma Agrária, e o Ministro, que eu tenho acompanhado as suas entrevistas, suas colocações, seus debates, ideologicamente muito bem postado, como uma visão histórica razoável com relação aos problemas da terra se perde no entremeio de muitas questões entre elas cometer a asneira de dizer que os assentamentos no País são em número muito maior do que já foi feito durante os últimos 6, 7 anos de governo da República. Ocorre que ele computa como assentamento a Regularização Fundiária que não tem absolutamente nada a ver com a reforma Agrária razão pela qual inúmeros agricultores já estão na terra com a sua posse de direito e de fato há muito tempo, cerca de 20, 30, 40 anos e acabam sendo regularizados por força de um ato Institucional que é de responsabilidade do INCRA. Acho que no caso específico da Fazenda Pinhal Ralo assiste razão a V. Exa. esta sua preocupação. Por falta de uma atitude mais rápida e menos evasiva por parte do Governo Federal já teria se resolvido aquele problema com um dos maiores assentamentos da história do País e se não tiver por parte do Governo Federal uma atuação imediata evidentemente que teremos maiores conflitos na área que V.Exa. conhece muito bem, e além das colocações que também V.Exa. coloca no seu pronunciamento da situação da agricultura de que na verdade não adianta assentar mil, dois mil, três mil trabalhadores sabendo que estão saindo milhares de agricultores pela dificuldade que se encontra hoje a nossa agricultura por falta absoluta de uma política agrícola no nosso País, mas pelo menos numa área já previamente acertada e aonde se dará o assentamento que pode resolver por ora o problema social existente lá, acho que temos que fazer desta Tribuna que V.Exa. ocupa, e desta Assembléia Legislativa, um vetor forte de reivindicação para que o Governo Federal apresse sim essa solução que está tomada, já existe a solução é só apenas uma questão de ação concreta por parte do Governo Federal. Agradeço o aparte e me somo em nome da Comissão de agricultura junto a V.Exa. buscando a solução imediata para aquele problema que existe lá em Rio Bonito na Fazenda Pinhal Ralo.

O SR. NEREU MOURA - Agradeço o aparte do Eminente Deputado Augustinho Zucchi. Quero dizer aos Parlamentares desta Casa de que a questão da agricultura na verdade Deputado Augustinho Zucchi, V.Exa. que é um homem totalmente ligado à agricultura, de forma geral é tratado com muito desleixo por parte dos governos. Citei aqui no início, estamos agora vivenciando a questão do PRONAF que tem amargurado tanto a vida do nosso agricultor, estamos lá na região de Capitão Leonidas Marques, Santa Lúcia, Três Barras do Paraná vivenciando o problema do fechamento dos aviários que eram integrados ao Frigorífico Chapecó, produzindo com aquilo uma grave situação na agricultura, os proprietários de aviários que fizeram financiamento através do Pánela Cheia hoje estão sendo protestados no banco, e são mais de duzentos e cinquenta agricultores que colocaram as suas terras a venda por um preço absolutamente vil, que ninguém quer comprar porque hoje investir em terra

é um péssimo negócio; é o preço mínimo do milho que nem isso é assegurado aos nossos agricultores; é falta de política que efetivamente viabilize a nossa agricultura. E por último, mas não nessa ordem, viemos aqui hoje falar da questão agrária do nosso país que é o assunto que mais nos preocupa, é a violência, é o acirramento desta questão. De um lado estão os agricultores que querem a terra para trabalhar nela, de outro estão os proprietários se armando fortemente. Temos acompanhado através da televisão e dos meios de comunicação, e nas conversas que mantemos estamos percebendo que os proprietários estão se organizando, estão se armando para fazer a defesa das suas propriedades. No caso da Fazenda Pinhal Ralo, para concluir Sr. Presidente, tivemos a boa vontade da empresa Giacometti Marodin, e sentou aqui para negociar com os agricultores, sentou lá no IAPE, que sentou lá no INCRA junto com os agricultores para achar uma solução. E ao final de todas aquelas conversas foi concluído que dezessete mil hectares de terra seriam destinados para fazer o assentamento de parte das famílias que estão lá acampadas na fazenda no Município de Rio Bonito do Iguçu. Mas mesmo assim, depois de tudo isso, depois de todas essas conversas o assunto não prosperou, ficou lá em Brasília nas gavetas do Ministro Raul Jugman, ficou lá esperando Pareceres, foi um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez meses, e até agora infelizmente não tivemos uma decisão. E por causa da morosidade do governo resultou em mortes lá no confronto entre os agricultores e os seguranças da Fazenda Giacometti Marodin. Infelizmente um assunto que já poderíamos ter dado como concluído e que seria de exemplo para esse Brasil continua aí e poderemos amanhã, não quero ser aqui o profeta do caos, mas como estamos acompanhando lá, como os ânimos estão acirrados, amanhã poderemos ouvir e assistir, através dos meios de comunicação, que poderá ocorrer uma tragédia, um enfrentamento e um derramamento de sangue se não tiver uma decisão urgente por parte do Governo Federal, e a colaboração por parte do Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno e o Grande Expediente, tendo declinado o ilustre Deputado Nelson Tureck, e o Horário das Lideranças, já a maioria deles preenchidos, faltando tão somente o PDT, o PSDB, o PFL, que não querem usá-lo. Última Liderança, Liderança do Governo, com o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, gostaria de voltar a fazer a velha reclamação. Nós, aqui, na Tribuna, não sei se é do lado direito ou esquerdo, não temos retorno, e pelo nosso sangue italiano, por não ouvir o que estamos falando, temos dificuldades de manter o tom da voz. Então, gostaria de pedir encarecidamente a V.Exa. a caixinha está aqui, ou que o rapaz que trabalha no som nos desse retorno ou que se estivesse estragado, que fosse arrumado. Porque, quem às vezes, usa o microfone para fazer um pronunciamento, nada pior do que você não ouvir o retorno, para que você possa dar o tom da sua voz. Faço isso para colaborar com todos os oradores, porque é muito importante para que possamos aqui, com tranqüilidade discutirmos as questões interessantes e importantes para o Estado do Paraná.

Eu, naturalmente, vou falar aqui um pouco sobre o que falou o Deputado Vanhoni, e em nenhum momento, ontem, eu tenho acompanhado diariamente o Governador Jaime Lerner, está querendo tirar a importância da CPI das precatórias.

Conhecendo o Governador Jaime Lerner como conhecemos, conhecendo o cidadão Jaime Lerner como conhecemos, a sua seriedade, tenho certeza absoluta, e posso afirmar aos paranaenses, de que ele está tão interessado quanto está todo o povo brasileiro, para que a questão das precatórias chegue ao lugar em que todos queremos: colocar os culpados na cadeia, para que uma vez por todas, comecemos a diminuir a corrupção neste País. Porque, sem sombra de dúvidas, no momento em que conseguirmos diminuir a corrupção neste País, melhoraremos a situação do povo brasileiro.

Quando, o Governador, ontem, Deputado Vanhoni, me permitia reportar-me a V.Exa., falou do ex-Governador Requião, ele quis com isso, dizer aos prefeitos que estavam presentes naquela solenidade, de que o Senador Requião, de todas as formas, procura prejudicar o Estado do Paraná, e, principalmente, prejudicar administrativamente o Governo Jaime Lerner.

Se reportou a este importante Programa, denominado Paraná Doze Meses, ora, sou testemunha, o Senador Requião percorreu o Paraná nas eleições municipais e cobrou do Governador Jaime Lerner atitudes, programas, que viessem de encontro aos interesses dos pequenos agricultores do Paraná. Estamos com o Programa "Paraná 12 Meses" que é um Programa voltado para os pequenos agricultores. E, aí, quem é que está obstruindo a votação do "Paraná 12 Meses" no Senado? Foi aí, que o Governador disse as palavras reprisadas por V. Exa.

Sobre o Senador Requião. Agora gostaria que passássemos juntos, vejo aqui alguns Parlamentares quase que chamando a atenção do nosso governador e do nosso ex-Prefeito, Rafael Greca, das palavras agressivas, ditas por ele ontem, ou ditas pelo Rafael Greca e que a notícia que veio pelo Deputado Nereu Moura, que foi o mensageiro. Ora, gente, cobrar do Governador Jaime Lerner, cobrar do ex-Prefeito e hoje Secretário de Planejamento, Rafael Greca, que não sejam agressivos? Vocês sabem que o ser humano chega num momento em que ele chega à exaustão. Os Srs. e o Paraná é testemunha da maneira agressiva que o Senador Roberto Requião trata o Governador Jaime Lerner, o Prefeito Rafael Greca e o Governo Jaime Lerner. Porque até o presente momento só tenho visto do Senador Requião agressividade. Em nenhum momento ele chegou aqui e provou algo que viesse a denegrir a imagem do Governo Jaime Lerner!

Como segunda resposta ao ilustre Deputado Vanhoni, sobre os esciarcimentos que devem ser feitos pelo governo sobre a questão das ações da COPEL, sobre a questão das debêntures, sobre no que estão sendo gastos os recursos das ações da COPEL. Tivemos, na última 5ª-feira, com o Secretário da Fazenda, na liderança do governo. Ali o Secretário fez uma ampla explanação, respondeu a todas as perguntas dos Parlamentares. Inclusive vi o depoimento do Deputado Romanelli, que se dava por satisfeito pelas respostas e pela seriedade que tinha sido conduzida aquela reunião.

Agora, vir aqui, nesta Tribuna, novamente cobrar as explicações que foram dadas na última 5ª-feira, torna difícil para nós aceitar estas colocações. Não sei a ausência dos Srs. Parlamentares quando o Sr. Secretário esteve aqui, claro que por motivos justos e por ter marcado compromissos anteriormente, mas apressamos a vinda do Secretário da Fazenda a esta Casa para que tivéssemos todas as explicações. Inclusive a imprensa escreveu que saiu satisfeita com as explicações dadas pelo Secretário da Fazenda.

E quando falo aqui que a agressividade cobrada do nosso Governador, que todos conhecem, não é um homem agressivo, estamos falando aqui e gostaria de me reportar e depois vou distribuir a todos os Parlamentares

que a questão da CPI das precatórias, nos últimos dias começa a seguir um caminho que possa ser prejudicial ao povo brasileiro, por culpa do Senador Requião. Por que por culpa do Senador Requião? E diz aqui no editorial do Estado de São Paulo diz, com todas as letras, que o Senador Requião está querendo transformar a CPI das precatórias no seu palanque de candidato a Governador do Paraná. E não é isso que o povo paranaense espera, não é isso que o governador Jaime Lerner espera. E ele disse ontem no seu pronunciamento: "Esperamos de que o Senador Requião exerça a sua função na questão das precatórias, mas não transforme esta questão num palanque eleitoral porque será prejudicial a todo o povo brasileiro. E quem está falando isso, ilustres Parlamentares, não é o Deputado Rossoni, não são os Deputados que apoiam o Governo Jaime Lerner, não são os amigos do Governador Jaime Lerner, não são os Secretários do Governo Jaime Lerner, é um jornal que merece o respeito e que merece a nossa análise.

Por isso, tenho certeza absoluta que se o Senador Requião ler este editorial, tenho certeza absoluta que ele vai voltar ao caminho certo e vai prosseguir nessa luta tão importante ao povo brasileiro.

O Sr. Ademar Traiano (Aparte) - Nobre Deputado Valdir Rossoni, ouço com muita atenção as vossas colocações, com muita propriedade colocou nesse Plenário aquilo que o Governador Jaime Lerner - num pronunciamento na manhã de ontem, procurou passar para os paranaenses.

Todos conhecemos a lisura do Governador Jaime Lerner, todos conhecemos e aprendemos a respeitá-lo pela sua atuação como um democrata por excelência. Homem preocupado pelas causas maiores do Governo do Paraná e de todos os segmentos desse Estado. Ouvimos com atenção e temos absoluta convicção que o Governador Jaime Lerner, ao se dirigir ao Senador Roberto Requião realmente fez como um desabafo em defesa de todos os paranaenses. Eu, como o Deputado Augustinho Zucchi, e outros tantos Deputados que são do interior - neste final de semana ainda, lá no Sudoeste do Paraná, em reunião com os Srs. Prefeitos, com os Vereadores, ouvimos os clamores dos nossos Prefeitos, dos nossos Vereadores, enfim, principalmente dos nossos pequenos agricultores pelo mal que o Senador Roberto Requião vem causando ao Paraná, ao segurar, lá no Senado Federal o Programa "Paraná 12 Meses".

Com certeza todo o homem tem um limite, e o Governador Jaime Lerner, tanto ele quanto o nosso ex-Prefeito Rafael Greca. E não foi de forma alguma agressivo lá no Sudoeste do Paraná. Colocou dentro do seu tom irônico, como faz o Senador Roberto Requião, em tantas outras oportunidades nesse Paraná. Se a regra vale para o nosso ex-Prefeito Rafael Greca, se a regra vale para o Governador Jaime Lerner, também deve valer para o Senador Roberto Requião.

Com todo o respeito ao Deputado Vanhoni, em sua eloquência no pronunciamento nesta manhã, Deputado Vanhoni, precisamos na verdade é dizer ao Senador Roberto Requião que os paranaenses também foram enganados por S.Exa. quando Governador do Paraná. Somos testemunhas aqui nesta Casa de Leis, Deputados de Oposição na oportunidade, da forma como o Senador Roberto Requião agia para com os Parlamentares, sempre desrespeitou os Parlamentares de Oposição. E não é nesse momento, que estamos vivendo o trabalho da CPI lá em Brasília, que vamos agraciá-lo como o dono da verdade, como o professor de Deus.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Sr. Presidente, estou com o meu tempo quase esgotado, mas gostaria de ter a

oportunidade de ler aqui partes do editorial do Estado de São Paulo "Comissão de Inquérito não de propaganda". Quem acompanhou a carreira política do Senador Roberto Requião, não se espanta com o Show que está dando como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Títulos das Precatórias. Sempre que na vida política teve oportunidade de aparecer em espetáculos desse tipo apareceu, tanto que apareceu que muitas vezes foi vítimas dos que os desejavam aparecer, ou queriam com ele, afirma querer moralizar as coisas públicas. Um outro trecho aqui diz o seguinte: O Senador que faça o "Show" que julgar conveniente é direito seu, mas no lugar e na hora apropriada". Gostaria que os nobres Parlamentares tivessem conhecimento desse trecho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pela Ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, líder do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Peço Pela Ordem para esclarecer alguma coisa que fica pairando como dúvidas para nós.

Evidentemente conhecemos a linha Editorial do Jornal o Estado de São Paulo, do Jornal o Globo, do Jornal do Brasil e da Folha de São Paulo. Sabidamente o Jornal a Folha de São Paulo, o Jornal do Brasil, são jornais mais independentes em relação ao Poder Central do que é o Globo e o Estado de São Paulo.

Certamente o Editorial do Estado de São Paulo, vem na linha de interesse do Poder Central, Governo Federal, que já se manifestou através do Líder no Senado Senador Hélcio Alves, se não me falha a memória, dizendo algumas coisas a respeito do comportamento que ele gostaria que tivessem os Senadores e muito especialmente o Relator da CPI. Quanto ao que disse o Deputado Traiano, devo concordar em alguns termos, mas devo discordar dele evidentemente em outros, quando ele diz que o Governador Roberto Requião tratava mal os Deputados da Oposição. Talvez com um ou com outro o seu relacionamento não fosse dos melhores. Mas vale aqui lembrar que no período do Governo Roberto Requião, o Deputado Aníbal Khury que era da Oposição, o Deputado Hernas Brandão que era da Oposição, o Deputado Henz Herwig que era da Oposição, Deputado Erondy Silvério que era da Oposição foram talvez os Deputados que mais privaram da convivência, da amizade e da troca de idéias e opiniões com o Governador do Estado do Paraná Roberto Requião.

Portanto, pode ser que com um ou com outro tenha havido essas dificuldades de relacionamento como é hoje o relacionamento do Governador Jaime Lerner com alguns Deputados da Oposição é melhor do que com outros. Então não vale como definitiva a afirmação do Deputado Traiano.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente não cabe a questão de Ordem, acredito que o ilustre Líder do PMDB é tão capaz, poderia fazer uso amanhã da Tribuna no Horário das Lideranças porque se todos nós aqui, quando um Parlamentar for aqui levantar uma questão de ordem dessa forma aí, todos teremos que levantar aqui a questão e fazer um novo pronunciamento sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - V.Exa. tem razão, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Quero dizer Sr. Presidente que estou encaminhando a esta Mesa Diretora e gostaria que o Deputado Valdir Rossoni aprovasse um pedido de informação sobre o

quanto o governo gastou no último ano em jornais fora do Paraná e do Brasil, gastou por exemplo 25 mil reais, 25 mil dólares com jornal na Itália, 19 mil na França, 25 mil com jornais dos Estados Unidos e especialmente quero saber Sr. Presidente quanto é que o governo pagou com o jornal "O Estado de São Paulo" para que ele publicasse esse editorial. Quero informar esta Casa que, enquanto Governador o Governador Roberto Requião se recusou a uma chantagem que este jornal "O Estado de São Paulo" e a revista "Veja" faziam em relação a verbas públicas, ele não cedeu e paga o preço até hoje por isto. O Requerimento eu apresentei a esta Mesa e espero contar com o apoio do Deputado Valdir Rossoni para que possamos trazer luz em relação aos gastos públicos e, especialmente o quanto recebeu o "Estado de São Paulo".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o horário do expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 509/96, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a doação de motoniveladora marca Caterpillar, código 3MN-386 - modelo 120-B, série 32CO 1607, ano de fabricação 1986, para o Município de Rio Azul. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 178, de 20.11.96).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 029/96, que autoriza o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 35, 36, 43, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80 e 82 e parte dos lotes nºs 70, 71, 72 e 73 do Núcleo Assungui, situados no Município de Campo Largo, à Valdayr Josué Ceccato, Reinor Ovidio Ceccato e Aroldo Domingos Ceccato. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 029/96
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar os lotes nºs 35, 36, 43, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80 e 82 e parte dos lotes nºs 70, 71, 72 e 73 do Núcleo Assungui, situados no Município de Campo Largo, com área de 197,2940 ha., aos senhores Valdayr Josué Ceccato, Reinor Ovidio Ceccato e Aroldo Domingos Ceccato.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.03.97
(aa) WALMOR TRENTINI - Presidente;
BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 032/96, que autoriza o Poder Executivo a alienar a Alberto Lucas Pinto Silva, os lotes nºs 28 e 28A do imóvel São Sebastião - Perímetro "O", com área de 176,0825 ha., situados no Município de Adrianópolis. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/96
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar os lotes de nºs 28 e 28-A, do imóvel São Sebastião - Perímetro "O", situado no Município de Adrianópolis, com área de 176,0825 ha, ao Senhor Alberto Lucas Pinto Silva.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03.03.97
(aa) WALMOR TRENTINI - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSI - Relator.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 035/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar a Albina Bassai Pianta, o lote nº 31, da Gleba 4 do imóvel da Colônia Boa Ventura, situada no Município de Pitanga. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.J.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 036/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo a alienar a José Pereira da Silva o Lote nº 24, do Imóvel Limoeiro, situado no Município de Adrianópolis. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.J.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 037/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, alienar o lote nº 3 e o lote nº 5 do Imóvel Sitinho, situado no Município de Adrianópolis, à Antônio Gonçalves dos Santos. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.J.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

O Sr. Valdir Rossoni (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu estou distribuindo o editorial do "Estado de São Paulo", mas saiu embaixo o nome do Senador Osmar Dias. Foi uma falha minha, porque no meu pronunciamento eu queria reprisar o que o Senador Osmar Dias disse hoje na Exclusiva. O Senador disse o seguinte: "muitos Senadores que estão na CPI das precatórias estão mais querendo aparecer do que trabalhar para o bom andamento da CPI." Palavras do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) Sobre a mesa, requerimento nº 247, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a dis-

cussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 259, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 241, de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 242 e 245, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 243, de autoria do Sr. Deputado Techy Filho, constantes do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 244, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 246, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 251, de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 252 a 255, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 256, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 258, de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 240, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 026 e 027/96.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução nºs 030 e 034/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 048, 097 e 161/96; e do Projeto de Resolução nº 038/96.

Levanta-se a sessão.